

CPI da Terra cai no esquecimento

O deputado distrital, José Edmar Cordeiro (PSDB) solicita, nos próximos dias, à Polícia Federal, que crie uma comissão para acelerar o inquérito policial que investiga as denúncias feitas pela CPI da Terra. Criada em 1991 para apurar irregularidades na distribuição e utilização de terras rurais do projeto Águas Claras, a CPI constatou, inclusive, o envolvimento de funcionários do governo do DF. O relatório final foi aprovado pelo Ministério Público, sendo encaminhado à Delegacia de Defraudações e Falsificações, em 1992. Desde então, pouca coisa foi investigada nos 70 volumes de processos, e alguns crimes já estão prescrevendo.

Arnaldo Correia, delegado-assistente da Delegacia de Defraudações e Falsificações, explica que além do efetivo pequeno, o trabalho de investigação é lento e complexo, "pois documentalmente nós não temos muitas provas". Segundo o delegado, a Terracap está elaborando um laudo pericial da área, no qual vai se verificar as irregularidades no parcelamento. "Até agora não

temos nenhum ilícito comprovado", acrescenta.

A CPI da Terra constatou que nas colônias agrícolas que fazem parte do projeto — Vicente Pires, Arniqueira, Vereda Cruz, Samambaia e Governador — 80% dos 600 arrendatários e concessionários estavam em situações irregulares. Ou porque não eram agricultores ou porque tinham as suas chácaras localizadas fora da área delimitada para o projeto, em terras urbanas e de proteção ambiental. Hoje, a situação continua a mesma, à espera do resultado final do inquérito instaurado pela polícia.

Ilícitos — O promotor Amarílio Tadeu, que deu parecer favorável à instauração do inquérito, disse que não resta dúvida sobre a existência e prática de diversos tipos de ilícitos penais. Entre eles estão o de peculato, concussão, corrupção passiva, prevaricação, condescendência criminosa, falsidade ideológica, usurpação, estelionato, abuso de função pública e exploração de prestígio. As penas para estes crimes podem resultar em até 12 anos

de cadeia para quem tiver provada a sua participação.

A cargo da Fundação Zoobotânica do DF, o projeto Águas Claras acabou desvirtuado do seu plano de utilização e muitas mansões de fim de semana foram construídas em áreas agrícolas. De acordo com o relatório da CPI, estão envolvidos nas irregularidades Marlênio Oliveira, ex-secretário de Agricultura; altos funcionários da Zoobotânica; Laerte Rodrigues, que foi delegado titular da Delegacia de Defraudações e Falsificações; funcionários da Administração Regional de Taguatinga, além dos chacareiros Gentil Rodrigues Farias e Arnóbio Silva Queiroz.

Prescrição — A demora na conclusão de inquérito, segundo José Edmar, pode resultar na impunidade dos envolvidos. "Muitos crimes já prescreveram e com o adiamento das investigações os criminosos vão obter a impunidade", ressalta. Para o promotor Amarílio Tadeu, é preciso que as investigações prossigam para definir e punir os autores dos crimes cometidos.

Divisão em lotes torna área urbana

A transformação de parte da área rural do Projeto Águas Claras em urbana, com licitação pública dos lotes, foi a proposta apresentada pela CPI da Terra para evitar a especulação imobiliária das chácaras. Segundo seus autores, o projeto nº 285/91 pretende corrigir a distorção existente no sistema de terras públicas no projeto, pois "a maioria das chácaras é utilizada como local de lazer, por estarem nas mãos de proprietários sem vocação agrícola".

O projeto de lei tramita até hoje na Câmara Legislativa e em março deste ano foi submetido à análise do deputado Maurílio Silva, pela Comissão de Constituição e Justiça. "Estou estudando o projeto e solicitei algumas informações ao Executivo, à Terracap e à Fundação Zoobotânica e dentro de 20 dias termino o meu parecer", informou Maurílio Silva. O deputado ainda não sabe se vai ser a favor ou contra o projeto.

O deputado José Edmar explica que se for aprovado, o terreno será transformado em urbano, com divisão das chácaras em lotes de dois mil metros quadrados. Os atuais ocupantes terão prioridade na compra da área construída e as demais áreas serão licitadas, "podendo render ao GDF recursos superiores ao utilizado para a implantação do metrô em Brasília".

Para os agricultores, o projeto vai colocar um fim no cinturão verde que protege Brasília. "Além disso, vai prejudicar o abastecimento de produtos hortifrutigranjeiros do Distrito Federal, com o afastamento de produtores", diz Fernando Muro, proprietário de uma chacara na colônia Vicente Pires. "Muita gente está insegura e não está investindo na área com medo do projeto ser aprovado", completa.